



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA SAÚDE  
GABINETE JURÍDICO

Informação Proposta nº 264/G.J/2020

PARECER

À consideração Superior com a indicação de que compulsado o processo constatou-se que o mesmo decorreu nos prazos estabelecidos no nº 1 do artigo 112 do E.G.F.A.E, aprovado pela Lei nº10/2017 de 01 de Agosto conjugado com o mº 1 do artigo 94 do R.E.G.F.A.E, aprovado pelo Decreto nº 5/2018 de 28 de Fevereiro. Contudo dado ao facto de a arguida ser primaria ou seja sem antecedentes anterior aos presentes factos que originaram o processo disciplinar em curso a mesma nos termos da lei beneficia da atenuação da pena nos termos da alínea c) do nº 1 artigo 99 do E.G.F.A.E, aprovado pela Lei nº10/2017 de 01 de Agosto conjugado com o nº 2 do mesmo artigo.

Nos termos do anteriormente referidosomos de apreciação positiva a proposta da DRH de aplicação da pena **pena de Multa graduada em 30 dias por Negligencia nos termos do nº 1 do artigo 94 por força do nº 2 do artigo 99, ambos do E.G.F.A.E, aprovado pela Lei nº10/2017 de 01 de Agosto.**

A Directora Nacional do Gabinete Jurídico

Dalmázia Cossa

DESPACHO

Data: 15 de Setembro de 2020

À

Sua Excelência Vice –Ministra da Saúde  
Dra Lidia Casrdoso

Assunto: Parecer sobre o Processo Disciplinar da Sra Felizarda Antonio Matola.

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-nos informar o seguinte:

### **DOS FACTOS**

1. **Felizarda Antonio Matola**, Técnica de Saúde afecta ao Armazem Central de Zimpeto. A mesma foi acusada de no dia 03 de Abril do ano em curso, durante as horas normais de expediente ter participado no envio de medicamentos e produtos afins ao Deposito de medicamentos da Zambézia sem guias de remessa provenientes do do Armazem Central de Zimpeto;

### **DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR**

2. Nos termos do nº 1 do artigo 112 do EGFAE, a instrução do Processo Disciplinar inicia com a notificação do despacho que designa o instrutor e termina dentro de um prazo de 45 dias e tal prazo pode nos termos do nº 2 do artigo supra estabelece que o prazo acima referido pode se prorrogado por mais 15 dias sempre que a complexidade do processo assim o requerer;

**No entanto;**

3. No caso em apreço e analisados os factos constantes no processo foi possível constatar que o processo disciplinar da Funcionária **Felizarda Antonio Matola**. iniciou no dia 17/07/20 e terminou com o relatório do instructor no dia 24 de Agosto de 2020 por tanto nos 38 dias dos 45 previstos pela lei o que pressupõem que o mesmo transcorreu dentro do prazo legal previsto no nº 1 do artigo 112 do E.G.F.A.E, aprovado pela Lei nº10/2017 de 01 de Agosto conjugado com o mº 1 do artigo 94 do R.E.G.F.A.E, aprovado pelo Decreto nº 5/2018 de 28 de Fevereiro.

### **APRECIANDO E PROPONDO**

**Nos termos do acima explanado somos de apreciação positiva e emendamos a informação proposta nº 137/026/DRH-DNPA/2020 que propõe a aplicação da pena de Multa graduada em 30 dias por Negligencia nos termos do nº 1 do artigo 94 por força do nº 2 do artigo 99, ambos do E.G.F.A.E, aprovado pela Lei nº10/2017 de 01 de Agosto.**

Contudo, o Excelentíssimo melhor decidirá.

Maputo, 15 de Setembro de 2020

Farai Chicuecue



(Técnico. Sup.N1 - Jurista A)







República de Moçambique  
Ministério da Saúde  
Direcção de Recursos Humanos

Informação/Proposta nº 037/026/1 DRH-DNPA/2020

Parecer	Despacho

**Assunto:** Multa do processo disciplinar da senhora **Felizarda António Matola**, por Negligência.

**Senhor Secretário Permanente**

**I. DOS FACTOS**

**Felizarda António Matola**, Técnica de Saúde afecta ao Armazém Central de Zimpeto, foi *acusada de* "... no dia 03 de Abril do ano em curso, durante as horas normais de expediente ter participado no envio de medicamentos e produtos afins ao Deposito de Medicamentos da Zambézia sem Guias de remessa provenientes do

aar

Endereço:  
Ministério da Saúde  
Direcção de Recursos Humanos  
Av. Eduardo Mondlane / Salvador Allende, 1008  
Caixa Postal. 264 – MAPUTO \* República de Moçambique

Telefones 2588(1) 321528/322159  
Fax: 258(1) 321528/322159  
Telegrama 6-239 MISAU - MO  
Telefax : 258(1) 32 15 28 Ou 32 21 59



Armazém Central do Zimpeto..." cfr. teor constante na nota de acusação em anexo 1 do processo.

## **II. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO**

Quanto as formalidades do processo foram cumpridas na íntegra assim, verifica-se que tendo iniciado o processo a notificação foi recebida pela arguida, como demonstra a sua assinatura na nota de acusação aquando da notificação, o que pressupõe ter tomado conhecimento.

Quanto a defesa da Arguida contesta a matéria na qual é acusada na nota de acusação, referindo que não há clareza na mesma matéria, pese embora, refere à posterior que houve falta de comunicação, entre quem mandou carregar o remanescente e quem tinha o dever de registar e emitir algum documento relativo a esse remanescente, contrariando as suas declarações, durante a audição, tendo assumido que foi uma falha, pois não foi emitida a guia manual do remanescente do mês de Fevereiro.

## **III. DO ENQUADRAMENTO LEGAL DA INFRACÇÃO**

Vislumbra-se claro que a arguida mesmo conhecendo as regras internas de conferir as encomendas que são carregadas aos camiões para saída do armazém com registo de documentos não o fez, referindo que foi uma falha. Teor constante no auto de declarações da arguida, a folhas 45, do processo.

A falta de observância das regras pré-estabelecidas pelo sector, na prossecução das suas actividades, aliado ao comportamento da arguida no seu desempenho, consubstancia na negligência, infracção punível com a sanção de Multa ao abrigo do nº 1 artigo 94 do EGFAE.

aar





#### IV. DA ANÁLISE E PROPOSTA DE DECISÃO DO PROCESSO

Analizada a matéria, vislumbra-se que, a arguida iniciou as funções no SNS 28/08/2008, aproximadamente 12 anos de serviço, sem antecedentes disciplinares registados, o que concorre para circunstâncias atenuantes de acordo na alínea e) do artigo 99 do EGFAE, aprovada pela Lei nº 10/2017 de 1 de Agosto.

Tendo em conta ao acima exposto, em respeito ao princípio da legalidade, justiça, imparcialidade, celeridade processual e ao princípio geral da responsabilidade disciplinar, *“...a principal finalidade da sanção disciplinar é a educação do funcionário ou agente do Estado para uma adesão voluntária à disciplina e para o aumento da responsabilidade no desempenho da sua função...”*,

bem como as circunstâncias atenuantes retro referidas, com o devido **respeito**, seria de aplicar a pena de **Multa Graduada** de 30 dias por Negligência nos termos do nº 1 alínea do artigo 94, por força do nº 2 do artigo 99, ambos do EGFAE.

No mais alto critério, Vossa Excelência, melhor decidirá.

O Director Nacional

  
Norton Afonso Alfredo Pinto  
(Especialista)

aar